



Promotorias recebem mais de 500 denúncias de maus-tratos contra idosos



Idosa abandonada vivia em uma casa cheia de lixo, em João Pessoa. Ela foi resgatada pela equipe da Promotoria do Cidadão e Corpo de Bombeiros e levada para uma instituição

As Promotorias de Justiça do Cidadão das Comarcas de João Pessoa e Campina Grande registraram 512 denúncias de maus-tratos contra idosos, no ano passado. Isso significa dizer que, a cada dia, pelo menos, uma pessoa procura o Ministério Público, nas duas maiores cidades paraibanas, para denunciar esse problema. Na Capital, 34 pessoas com 60 anos ou

mais de idade já foram resgatadas pela equipe do MPPB e Corpo de Bombeiros porque viviam em situações degradantes e desumanas. Várias ações estão sendo desenvolvidas pelo MP, em todo o Estado, para combater a violência praticada contra os mais velhos e os golpes aplicados através de empréstimos consignados fraudulentos. **Página 4**

Famílias recorrem ao MPPB para garantir água potável

O Ministério Público está investigando o desabastecimento de água no Assentamento Dona Helena, na zona rural de Cruz do Espírito Santo. Há dois anos, obras previstas no convênio firmado entre a Funasa e a Prefeitura foram paralisadas. Para conseguir água

de beber, 140 famílias são obrigadas a andar dois quilômetros. Muitas vezes, o esforço é em vão e os moradores voltam para casa com os baldes vazios porque não há água nas duas torneiras que fazem o abastecimento. **Página 5**

Equipe fará mapeamento dos Conselhos Tutelares

A Equipe Especializada em Infância, Juventude e Educação do Ministério Público da Paraíba vai realizar, até o final do ano, o mapeamento da situação dos conselhos tutelares em todo o Estado.

O trabalho foi iniciado há 40 dias em cidades do Brejo e Curimataú. O levantamento será feito a partir de questionários que estão sendo encaminhados pela equipe aos promotores de Justiça. **Página 6**



Regras para garantir a segurança no São João de Campina são definidas

Página 7

CONSUMIDOR



PÁGINA 3

Operação Sequela apreende 20 mil medicamentos falsificados e contrabandeados

INFÂNCIA



PÁGINA 6

Atividades marcam Dia Nacional de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes

EDUCAÇÃO



PÁGINA 7

Escolas devem gastar 30% da verba da merenda com produtos da agricultura familiar

MEIO AMBIENTE



PÁGINA 8

Órgãos monitoram poluição na Bacia do Gramame; manancial fornece água para 1 milhão de pessoas

ESPAÇO DO LEITOR



"A fiscalização das escolas e a transparência nos gastos públicos com a infância e juventude foram as notícias que mais chamaram a minha atenção. Todo o trabalho em defesa dos direitos das crianças e adolescentes deve ter um olhar cuidadoso e permanente. A notícia sobre o conselho tutelar de Bayeux também mostra o quanto o Ministério Público é atuante para defender esse órgão, que é tão importante para a rede de proteção dos direitos da criança e do adolescente."

Gilmara Lacerda Dantas de Sousa, pedagoga

"É importante esclarecer a opinião pública sobre as funções do Ministério Público como órgão atuante em defesa dos interesses da sociedade. Este jornal quebra aquela abstração de que a instituição seria inatingível e distante; acessível apenas a uma elite mais esclarecida."

Carlos Antônio Fragoso, psicólogo

"Todas as notícias que saem no jornal são interessantes. O povo estava precisando disso para saber o que o Ministério Público está fazendo. Muita gente que não conhecia a instituição está conhecendo agora."

Walter Lúcio de Oliveira Barroso, motorista

"Parabéns, pelo jornal! É uma prestação de serviço e transparência."

Luciel Araújo de Oliveira, coordenador do Serviço de Educação Popular - Sedup

"Hoje, muitas pessoas são agredidas nos estádios. Em todo o Brasil, os pais têm medo de deixar seus filhos irem aos estádios porque não sabem se eles voltam vivos. Por isso, é importante o trabalho do Ministério Público para combater a violência dentro e fora dos campos de futebol."

Thacianne Ferreira Benjamin da Silva, recepcionista



Participe do *Jornal do Ministério Público Social*, enviando sugestões, críticas e opiniões para o e-mail jornal@mp.pb.gov.br.

APRENDENDO DIREITO

RECOMENDAÇÃO: na linguagem jurídica, significa, em geral, o ato ou efeito de recomendar; conselho; apresentação escrita ou verbal de uma pessoa a outra, para que esta a acolha bem; determinação ou resolução de órgão colegiado; indicação de alguém; instrução que ordena o modo pelo qual um ato deve ser executado.

JORNAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO
Social

Procurador geral de Justiça
Oswaldo Trigueiro do Valle Filho
Subprocurador-geral de Justiça
Nelson Lemos
Corregedor-geral
Paulo Barbosa
Secretário-geral
Bertrand Asfora
Coordenador do 1º Caop
Adrio Nobre Leite
Coordenador do 2º Caop
Luís Nicomedes

Ministério Público da Paraíba
Procuradoria Geral de Justiça
R. Rodrigues de Aquino, s/n, Centro
CEP: 58.013-030 - João Pessoa/PB
Tel.: (83) 2107-6000
Site: www.mp.pb.gov.br

Jornalista Responsável
Cristina Fernandes - DRT: 826/05-68

Projetos Editorial e Gráfico e Diagramação:
Cristina Fernandes

Integrantes da Assessoria de Imprensa do MPPB
Almira Félix, Anselmo Guimarães, Lila Santos, Alexander Carvalho, Cristina Fernandes
Fotografia
Daniel Félix
Chargista colaborador
Euclecio Fernandes

Assessora de Imprensa
Eloise Elane

Tiragem: 5.000 exemplares



ARTIGO

O idoso e a armadilha do empréstimo consignado

JOSÉ RALDECK DE OLIVEIRA

O mercado financeiro detém uma fonte de lucros inesgotável: a oferta de crédito destinado aos titulares de benefícios de aposentadoria e pensão por morte, pagos pela Previdência Social. Nessa modalidade, o interessado contrai o empréstimo na instituição financeira conveniada e os pagamentos são repassados pelo próprio INSS, mediante desconto em folha de benefícios. É o denominado "empréstimo consignado", cujo público alvo é o idoso.

No entanto, o empréstimo que deveria contribuir para seu bem-estar, passou a significar seu maior tormento. Grande parte da população idosa, sobretudo a de baixa renda, não dispõe de recurso suficiente para usufruir de lazer, por isso, se apresenta vulnerável, carente da atenção e afeto da família.

Com o idoso, quase sempre, moram filhos, noras, netos. São essas pessoas que, visando adquirir motocicletas, televisores ou futilidades no comércio, levam os aposentados e pensionistas a tomar empréstimos bancários. Quando isso ocorre, utilizam o dinheiro em proveito próprio, restando àquele, tão somente, arcar com as parcelas de amortização da dívida que são deduzidas dos seus proventos (o comprometimento da prestação pode alcançar até 30% da renda mensal do tomador).

As fraudes que levam os idosos a se endividarem podem ocorrer:

1ª) quando o parente mais próximo passa a submetê-lo à pressão psicológica equiparada à tortura, mediante maus-tratos, ameaças explícitas de morte ou veladas de negligência por abandono.

2ª) quando o parente, agindo em conluio com um correspondente bancário, se apossa do cartão magnético e da respectiva senha bancária do idoso, falsifica assinatura ou apõe digital indevida, forjando contratos de empréstimo bancário.

3ª) quando quadrilhas com acesso às informações constantes de bancos de dados da Previdência Social desenvolvem esquemas de fraude de empréstimo consignado em nome de idosos. Este tipo de golpe rende aos fraudadores verdadeiras fortunas.

Em relação aos idosos já prejudicados com fraudes, estes poderão procurar o promotor de Justiça e solicitar adoção de medidas para bloquear os descontos no benefício previdenciário e cancelamento do empréstimo ou do cartão de crédito.

Como medida preventiva, é importante saber que o interessado pode comparecer ao INSS, onde assinará formulário para impedir consignação de empréstimo futuro.

José Raldeck de Oliveira

é promotor de Justiça da Comarca de Rio Tinto e integrante da Comissão de Combate à Improbidade Administrativa

Operação Sequela apreende 20 mil medicamentos

Três farmácias foram fechadas; quatro pessoas presas e 3,2 mil carteiras de cigarros contrabandeados e falsificados foram retiradas do mercado

Quatro pessoas foram presas e mais de 20 mil medicamentos foram apreendidos durante a "Operação Sequela 2", realizada entre os dias 12 e 14 de maio, pelo Ministério Público da Paraíba, Agência Estadual de Vigilância Sanitária (Agevisa), Procon Estadual, Receita Estadual e Polícias Civil, Militar, Federal e Rodoviária Federal, em João Pessoa, Campina Grande e Pitimbu.

Três proprietários de farmácias e um farmacêutico foram encaminhados à Polícia Federal e responderão por tráfico de drogas e comércio ilegal de medicamentos. Os estabelecimentos foram autuados e os proprietários responderão a processo administrativo.

Também foram apreendidos nas farmácias produtos de uso hospitalar com venda proibida no comércio, 600 unidades de medicamentos sem registro na Agência Nacional de Vigilância

Sanitária (Anvisa) e no Ministério da Saúde e três mil comprimidos de medicamentos de controle especial (psicotrópicos).

Cigarros

A Operação Sequela 2 também retirou do mercado mais de 3,2 mil carteiras de cigarros falsificados e contrabandeados.

A operação foi coordenada pelas Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos do Consumidor das Comarcas da Capital e de Campina Grande. De acordo com o promotor de Justiça Francisco Glauberto Bezerra, os dois principais pontos de fornecimento e distribuição desses produtos ilegais (localizados na feira de Oitizeiro, na Capital, e na feira central de Campina Grande) foram desativados. "A operação é permanente. Estamos trabalhando em prol da segurança e da saúde das pessoas", disse.

Campanhas pretendem combater cigarros e remédios ilegais



Cigarros falsificados e contrabandeados dificultam o combate ao tabagismo, em todo o Brasil

O Ministério Público da Paraíba e a Agência Estadual de Vigilância Sanitária (Agevisa) lançaram, no dia 14 de maio, a campanha "Comercializar Cigarros Contrabandeados e Falsificados é Crime". O objetivo é coibir a venda de cigarros irregulares e proteger a saúde do paraibano.

Em abril, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) também lançou, na Paraíba, a campanha estadual "Medicamento Verdadeiro" e uma cartilha para orientar a população sobre os cuidados com o uso de medicamentos. "Trata-se de uma ferramenta educativa que, aliada à ação ostensiva fiscalizatória, vai

dotar o consumidor, o setor empresarial e as instituições de informações importantes para a prevenção, por meio da identificação prévia de produtos em condição de ilegalidade", informou o diretor técnico de Medicamentos da Agevisa, João Peixoto.

Segundo ele, a falsificação, a adulteração, o contrabando e as transações envolvendo produtos sem registro são ilegalidades que vêm sendo praticadas em todo o País. "Esse fato implica diretamente em danos à saúde da população e em óbitos decorrentes da ingestão e do consumo de medicamentos ilegais", disse.

Já o diretor técnico da Agevisa, Jorge Molina, disse que o cigarro é um dos maiores problemas da saúde pública em todo o País e destacou a importância do engajamento das secretarias municipais de Saúde e das Vigilâncias Sanitárias municipais no combate ao cigarro falsificado e contrabandeado. "Um dos grandes entraves à diminuição do número de fumantes é a presença dos produtos contrabandeados a preços acessíveis", explicou o diretor.



Três farmácias foram fechadas por fiscais da Vigilância Sanitária por comercializarem medicamentos ilegais. Na operação foram recolhidos 63 comprimidos de Pramil (detalhe à esquerda). O medicamento usado no tratamento da disfunção erétil é proibido no Brasil.

Sete farmácias e uma distribuidora foram fechadas, em 2009

Em novembro do ano passado, a Operação Sequela já havia apreendido vários medicamentos ilegais em municípios da Grande João Pessoa. Os produtos foram incinerados.

Na ocasião, também foram presas nove pessoas acusadas de praticarem crime hediondo contra a saúde pública.

Dentre os presos estava o diretor administrativo da

distribuidora de medicamentos "Farmacêutica Paraibana", localizada em Cabedelo. O local foi interdito, junto com mais sete farmácias que comercializavam e distribuíam medicamentos ilegais.

Os trabalhos foram coordenados pelo Ministério Público da Paraíba com o objetivo de combater a comercialização de medicamentos falsificados, adulterados e contrabandeados.

Mortes de bebês na Cândida Vargas serão investigadas

A Promotoria de Justiça da Saúde da Comarca de João Pessoa solicitou a instauração de inquérito policial para apurar a morte de três bebês ocorridas no intervalo de uma semana na Maternidade Cândida Vargas, em João Pessoa. O objetivo é apurar se as três parturientes que são de municípios do Interior da Paraíba e seus bebês foram vítimas de negligência e erro médicos.

A Central de Acompanhamento de Inquérito Policial do Ministério Público (Caimp) já solicitou ao secretário de Segurança e Defesa Social da Paraíba, Gustavo Gominho, a designação de um delegado especial para apurar os casos. "Diante dos fatos ocorridos na Maternidade Cândida Vargas, onde se registrou a morte de dois bebês no ventre das mães, pouco

antes de nascer (e de um bebê prematuro que teve as pernas quebradas durante o parto), o MPPB quer ver os casos esclarecidos", afirmou o promotor de Justiça Arlan Barbosa.

Um dos casos que será investigado é a morte do bebê da dona de casa Maria do Carmo Silva, de 42 anos. Ela estava grávida de 34 semanas (o equivalente a oito meses), quando foi internada, no dia 28 de abril, com perda de líquido. Depois de passar três dias na Cândida Vargas, a paciente foi mandada para casa. Segundo familiares, Maria do Carmo se sentiu mal e foi orientada a voltar à maternidade que é referência em gravidez de alto risco. Lá, foi submetida a uma ultrassonografia. O exame constatou que o bebê estava morto.

Promotorias recebem mais de 500 denúncias de maus-tratos contra idosos

A cada dia, uma pessoa procura o MPPB, nas duas maiores cidades do Estado, para denunciar o problema. Segundo promotores, a realidade é muito pior, pois muitos casos não são notificados

Várias ações estão sendo desenvolvidas pelo Ministério Público da Paraíba, em todo o Estado, para combater a violência praticada contra idosos. Somente no ano passado, as Promotorias de Justiça do Cidadão das Comarcas da Capital e Campina Grande registraram 512 denúncias de maus-tratos contra os mais velhos. Isso significa dizer que, a cada dia, pelo menos, uma pessoa procura o Ministério Público, nas duas maiores cidades paraibanas, para denunciar esse problema.

Segundo o promotor de Justiça do Cidadão que coordena a Equipe Especializada em Cidadania e Direitos Humanos do MPPB, Valberto Lira, embora "assustador", o número de denúncias que chega à instituição é apenas "a ponta do iceberg", já que muitos casos deixam de ser notificados por medo e desinformação das pessoas.

De 2009 até agora, 34 idosos foram resgatados pela Promotoria de Justiça do Cidadão, na Capital, porque viviam em situações desumanas. No bairro do Rangel, por exemplo, a equipe do MPPB e o Corpo de Bombeiros encontraram a idosa Maria Germina Sebastiana,

67 anos, com a saúde debilitada, vivendo sozinha em uma casa cheia de lixo (foto). Nos Bancários, a idosa Nilcila de Oliveira, 75 anos, foi encontrada nua no chão. Ela era maltratada pela própria filha, que foi presa em flagrante e levada para o Presídio Feminino de João Pessoa. Hoje, Nilcila e Maria estão sendo bem cuidadas em instituições de longa permanência para idosos.

Agressores

A violência praticada contra o idoso ocorre, principalmente, na esfera doméstica e é praticada por quem tem o dever de proteger. Segundo o promotor de Justiça do Cidadão de Campina Grande que também coordena a equipe especializada, Herbert Vitória de Carvalho, as principais reclamações registradas nas promotorias de Justiça dizem respeito aos maus-tratos familiares e institucionais, à negligência, aos constrangimentos e ao uso indevido de benefícios e de outros rendimentos que pertencem aos idosos.



Antes e depois: Maria Germina, 67, foi encontrada abandonada em uma casa cheia de lixo. Hoje, ela vive em uma instituição de longa permanência, onde é bem cuidada

Ações pretendem fortalecer rede de proteção



Para enfrentar a violência praticada contra os idosos, o MPPB lançou, em novembro de 2009, o Programa de Proteção ao Idoso. Além de orientar os promotores de Justiça

sobre as medidas que podem ser adotadas para a criação de Conselhos do Idoso (órgão responsável por formular, supervisionar e avaliar a política do idoso) nos municípios em que atuam, o programa traz recomendações para que eles saibam como agir em casos de empréstimos consignados fraudulentos realizados em nome de pessoas idosas.

Somente na Comarca de Rio

Tinto, a Promotoria solicitou junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) o bloqueio de 40 empréstimos irregulares feitos em nome de idosos. Os casos foram denunciados ao MPPB através dos Conselhos de Idosos das três cidades do Litoral Norte que fazem parte da comarca (Rio Tinto, Marcação e Baía da Traição). "Isso mostra a importância desses conselhos. Nossa luta, agora, é estruturar e fortalecer, cada vez mais, esses órgãos", disse o promotor de Justiça José Raldeck.

Em Cuité de Mamanguape (a

81 quilômetros da Capital), o Conselho do Idoso também foi instalado, graças à atuação do Ministério Público da Paraíba, que celebrou um termo de ajustamento de conduta com a Prefeitura. O órgão funciona no mesmo prédio do Conselho Tutelar, no centro da cidade (foto).

Segundo o TAC, a prefeitura deve disponibilizar ao Conselho do Idoso um veículo exclusivo durante o horário de expediente para possibilitar o cumprimento das diligências (visitas domiciliares, palestras, reuniões e fiscalizações de programas e entidades).

COMBATE AOS GOLPES

Cartórios passam a seguir novas regras para fazer procurações

A Associação dos Notários e Registradores do Estado da Paraíba (Anoreg) e representantes de 16 cartórios de notas e registros localizados em Santa Rita e em João Pessoa assinaram o termo de ajustamento de conduta (TAC) proposto pelo MPPB para combater o desvio de bens e rendimentos de pessoas idosas.

A ação é uma das respostas do Ministério Público aos problemas apresentados na 1ª audiência sobre o Idoso realizada em outubro do ano passado, no Vale do Mamanguape. Mais de 700 pessoas

participaram do evento.

De acordo com as novas regras, as procurações para o recebimento de aposentadoria ou pensão dos idosos serão lavradas com prazo de validade de um ano e deverão ser periodicamente renovadas.

Também será necessário especificar exatamente o objeto e a finalidade da procuração. "As procurações estavam sendo feitas de forma muito ampla e genérica, permitindo que o procurador exercesse outras atividades além do real objeto da procuração, como

realizar empréstimos bancários, contrair dívidas em nome do idoso e vender bens imóveis", criticou o promotor de Justiça da Comarca de Santa Rita, Manoel Serejo.

Os cartórios não poderão lavrar ou confeccionar qualquer tipo de procuração em nome de idosos, caso essas pessoas não se encontrem em condições mentais que permitam o discernimento sobre seus atos. A proibição vale principalmente para os idosos acamados e internados em hospitais e abrigos. Nesses casos, o cartório pode solicitar um laudo

médico para se resguardar.

Revogação

Os cartórios também assumiram o compromisso de facilitar a revogação das procurações feitas em nome de idosos. Para isso, deverão disponibilizar formulário padrão e aceitar a simples petição feita de próprio punho pelo interessado.

Quem descumprir o TAC receberá multa diária de R\$ 1 mil por cláusula desrespeitada e responderá às medidas administrativas e judiciais cabíveis.

Famílias recorrem ao MPPB para garantir água potável

Obras do convênio assinado entre a Prefeitura e a Funasa estão paradas há anos; para conseguir água de beber, moradores andam dois quilômetros

O Ministério Público da Paraíba instaurou procedimento administrativo para investigar a denúncia de desabastecimento de água potável no assentamento Dona Helena, na zona rural de Cruz do Espírito Santo (município a 23 quilômetros de João Pessoa).

No dia 15 de abril, representantes dos agricultores assentados encaminharam à Promotoria de Justiça um abaixo-assinado e denunciaram que, desde 2008, as obras previstas no convênio firmado entre a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e a Prefeitura para garantir aos assentados o acesso à água de beber estão paralisadas.

O convênio que teria sido celebrado em 2004 previa que a Funasa gastaria R\$ 200 mil e a Prefeitura R\$ 6.185,00 com obras como a perfuração de poços, a construção de rede de



Depois de andar dois quilômetros, moradores são obrigados a "disputar" água com famílias de outras localidades; muitas vezes, o esforço é em vão, pois as duas únicas torneiras ficam secas

abastecimento e a instalação de caixas d'água, por exemplo.

De acordo com o presidente do assentamento, Antônio Jorge Francelino da Silva, 41 anos, há muito tempo a promessa de levar

água potável ao assentamento não é cumprida. "Até agora, esperamos uma solução para o problema. Várias famílias já foram dormir sem água para beber! Há oito anos, temos que andar dois quilômetros

para pegar água na Fazenda Santa Luzia. São só duas torneiras para atender 140 famílias do assentamento. Muitas vezes, falta água e as pessoas voltam para casa sem nada", disse.

A Promotoria de Justiça notificou, no dia 27 de abril, a Prefeitura e a Funasa sobre o assunto e solicitou a apresentação dos documentos relacionados ao convênio. "Vamos examinar a documentação e apurar de quem é a responsabilidade pela execução da obra. Nosso objetivo é marcar uma audiência para propor a assinatura de um termo de ajustamento de conduta. Se não houver acordo, vamos ingressar com uma ação civil pública para garantir que o convênio seja executado e que essas famílias tenham acesso à água potável", disse o promotor de Justiça Jeaziel Carneiro dos Santos.

EM ITAPOROROCA

Prefeito se compromete a implantar sistema de trânsito

O prefeito de Itapororoca (município a 62 quilômetros de João Pessoa), Celso Moraes Andrade Neto, deve encaminhar, até o final de maio, um projeto de lei à Câmara de Vereadores propondo a criação de um órgão responsável pela execução de trânsito no município. O projeto também deve prever a criação do cargo de agente de trânsito municipal.

O prazo foi acordado a partir da assinatura de um termo de compromisso de ajustamento de conduta (TAC) entre o gestor e a

Promotoria de Justiça da Comarca de Mamanguape.

O TAC prevê que o município deverá implantar e regulamentar o sistema de trânsito, de acordo com o que determina o Código de Trânsito Brasileiro.

A Secretaria Municipal de Infraestrutura também deverá reajustar os espaços públicos da zona urbana destinados às praças dos mototaxistas, com suas respectivas placas de sinalização.

As medidas pretendem resolver os problemas denunciados pela

Associação dos Mototaxistas da cidade de Itapororoca. De acordo com uma representação encaminhada pela associação à Promotoria de Justiça, a Prefeitura não fiscaliza o trânsito da cidade e o transporte clandestino de passageiros é feito por mototaxistas não licenciados. A associação também reclamou da existência de condutores sem habilitação circulando no município sem capacete.

O Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/97), em seu artigo 24, diz que compete aos

órgãos e entidades executivos de trânsito dos municípios planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos, de pedestres e de animais. Cabe ainda aos municípios, implantar, manter e operar o sistema de sinalização, os dispositivos e os equipamentos de controle viário; além de estabelecer, em conjunto com os órgãos de polícia de trânsito, as diretrizes para o policiamento ostensivo e executar a fiscalização de trânsito, autuando e aplicando as medidas administrativas.

Medidas disciplinam transporte alternativo, em Mamanguape

O município de Mamanguape (a 48 quilômetros de João Pessoa) ganhou, recentemente, pontos para veículos alternativos. A medida foi proposta pelo Ministério Público para resolver, provisoriamente, os conflitos entre alternativos, taxistas oficiais e companhias de ônibus.

Segundo a promotora de Justiça do Cidadão da Comarca de Mamanguape, Ana Caroline Almeida Moreira, o transporte alternativo no município (que também é feito por motoristas da Capital e de outras cidades do Vale do Mamanguape) era alvo de muitas reclamações. "Eles (os alternativos) tomavam passageiros sem respeitar,

inclusive, os pontos oficiais de táxi e o ponto de embarque e desembarque de passageiros. Além disso, a parada irregular desses veículos gerava caos no centro da cidade", disse.

Em abril, foram estabelecidas regras para a operação dos alternativos. Foi acertado que os veículos devem ficar a uma distância mínima de 500 metros em relação à Viação Rio Tinto e às praças de táxi e mototaxistas oficiais. A exceção é a praça nº 03 (destino João Pessoa). "Já oficiamos ao Comando da Polícia Militar, para que disponibilize um guarda de trânsito para fiscalizar as praças de taxistas e alternativos situados



Alternativos devem parar a uma distância mínima de 500 metros das paradas oficiais de ônibus, táxis e mototaxis

nas imediações do Fórum, já que o local tem sido palco constante de

disputas e conflitos", disse a promotora.

MP fará mapeamento da situação dos Conselhos Tutelares

Trabalhos foram iniciados há 40 dias, em cidades do Brejo e Curimataú polarizadas por Guarabira; até o final do ano, ação será feita em toda a PB

A Equipe Especializada em Infância, Juventude e Educação do Ministério Público da Paraíba vai realizar, até o final do ano, o mapeamento da situação dos conselhos tutelares em todo o Estado.

A ação faz parte das metas definidas como prioridades pelos promotores de Justiça, nos encontros regionais promovidos pela Procuradoria Geral de Justiça em 2009. Há 40 dias, os trabalhos foram iniciados nos municípios do Brejo e Curimataú, polarizados por Guarabira. Nessa região, vivem mais de 620 mil pessoas.

O levantamento da situação dos conselhos tutelares será feito a partir de questionários que estão sendo encaminhados pela equipe especializada aos promotores de Justiça da região. “Após essa etapa, os promotores vão receber



Objetivo do Ministério Público é estruturar e fortalecer os conselhos tutelares em todo o Estado

um material com recomendações e termos de ajustamento de conduta a serem firmados com os prefeitos. “O objetivo é fortalecer os conselhos tutelares”, explicou a promotora de Justiça que coordena a equipe especializada Luciara Lima.

Também estão sendo

propostos termos de ajustamento de conduta para serem assinados pelos gestores para acabar com a evasão escolar. “Para combater esse problema é necessário uma parceria entre Ministério Público, secretarias de educação, conselhos tutelares e outros órgãos”, defendeu a promotora.

Guia Prático é lançado

Outra ação desenvolvida no início de maio para fortalecer a rede de proteção dos direitos da infância e adolescência foi o “Guia Prático do Conselheiro Tutelar”.

O guia foi elaborado pelo MP de Goiás e reproduzido pelo MPPB. Segundo promotor de Justiça que coordena o 2º Centro de Apoio Operacional, Luís Nicomedes, mil exemplares serão distribuídos aos conselheiros tutelares da Paraíba.

O guia possui 118 páginas e traz, além de conceitos teóricos, situações práticas para orientar o dia-a-dia do conselheiro tutelar.



Debates, ações e passeata marcam o dia 18 de maio

O Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (18 de maio) foi marcado por atividades em vários municípios. Na Capital, cerca de 200 pessoas participaram do fórum de debates sobre o papel da rede de proteção integrada à infância e juventude no enfrentamento do problema.

Em Jacaraú (a 84 quilômetros da Capital), 500 pessoas fizeram uma passeata. Durante o percurso,

foram apresentadas cinco peças teatrais sobre o tema. A mobilização terminou no ginásio da cidade com a palestra sobre pedofilia e exploração sexual.

Em Mamanguape (a 48 quilômetros de João Pessoa), foram realizadas palestras em praças públicas e ações sociais em favor das vítimas de violência sexual, além da distribuição de material de divulgação do disque denúncia (o “Disque 100”).

À noite, foram promovidos pedágios e abordagens em postos de combustíveis e bares situados às margens da BR-101. Uma equipe da Promotora de Justiça, do Conselho Tutelar e do Centro de Referência em Assistência Social (Creas) orientou caminhoneiros, frentistas, donos de bares e populares sobre a necessidade de combater a prática criminosa. Na semana anterior, o filme “Anjos do Sol” foi divulgado em escolas.

Fórum

O fórum de debates realizado na Capital discutiu a necessidade de ações eficazes para combater a exploração sexual infanto-juvenil em todo o Estado.

Segundo a promotora Soraya Escorel, “é preciso melhorar algumas políticas públicas já existentes e viabilizar outras que possam garantir o que já está proclamado no próprio Estatuto da Criança e do Adolescente”.

Mais de 1,5 mil pais discutem regras do Bolsa Família, em CG

Mais de 1500 pais atendidos pelo Programa Bolsa Família, do Governo Federal, participaram de uma audiência pública em Campina Grande (a 118,9 quilômetros de João Pessoa) sobre o cumprimento das exigências do programa do Governo Federal para garantir o benefício.

Segundo coordenador do Programa Fome Zero na cidade Éder Rotondano, cerca de 70% dos pais convidados compareceram ao evento promovido pela Promotoria de Justiça da Infância e Juventude.

O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda a famílias em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de R\$ 70,00 a R\$ 140,00) e extrema pobreza (renda mensal por pessoa de até R\$ 70,00). Seu objetivo é garantir o direito humano à alimentação adequada.

O coordenador reforçou que os índices de frequência exigidos pelo programa são de 85% para os menores de 16 anos e de 75% para os maiores de 16 anos. “As famílias que tiverem os filhos com a frequência escolar abaixo da média exigida recebem advertências, suspensões, bloqueios e podem sofrer penas como o desligamento do Bolsa Família”, alertou Éder.

O promotor de Justiça da Infância e Juventude da Comarca de Campina Grande, Herbert Targino, destacou a responsabilidade dos pais no acompanhamento escolar dos filhos.

Também participaram da audiência representantes do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, dos Centros de Referência de Assistência Social e da Secretaria Municipal de Saúde.



Ir à escola é uma das exigências que as crianças beneficiadas com o Bolsa Família devem atender

Mais de 450 mil famílias recebem benefício

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 454.760 famílias pobres recebem o Bolsa Família, na Paraíba. Em Campina Grande, são 34.277 famílias beneficiadas. Os valores pagos pelo programa variam de R\$ 22,00 a R\$ 200,00. Para continuar recebendo o benefício, as famílias devem manter as crianças e adolescentes na escola e devem cumprir os cuidados básicos em saúde e o calendário de vacinação das crianças de zero a seis anos de idade. As gestantes e as mães em amamentação também devem cumprir a agenda de pré e pós-natal.

Diretores devem cumprir a “lei da alimentação escolar”

Pelo menos 30% dos recursos repassados pelo FNDE para a merenda escolar devem ser destinados à compra de produtos da agricultura familiar

A Secretaria Estadual de Educação e Cultura da Paraíba (Seec/PB) fará, a pedido do Ministério Público da Paraíba, o mapeamento das escolas estaduais, em relação à utilização ou não de produtos da agricultura familiar na alimentação escolar.

Embora a Lei 11.947/09 (“Lei da Alimentação Escolar”) determine que 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a alimentação escolar devam ser destinados à aquisição de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, a maioria das escolas não cumpre esse percentual. Dentre os motivos para o descumprimento estão os entraves fiscais e burocráticos que dificultam a participação dos pequenos produtores nas chamadas públicas, o desconhecimento sobre a lei e a



Lei quer garantir alimentação escolar de qualidade e gerar renda para os pequenos produtores

dificuldade de comunicação entre produtores rurais e diretores de escolas, por exemplo.

No dia 5 de maio, o MP realizou uma reunião com representantes da Seec e outros órgãos governamentais e com representantes dos trabalhadores

rurais. Foi acordado que as ações para garantir o cumprimento da lei seriam estendidas a todo o Estado. A secretária executiva de Educação, Emília Lins Freire, disse que o cardápio de todas as escolas estaduais será reelaborado, de acordo com os hábitos de consumo

e com a produção agropecuária familiar de cada região.

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) se comprometerá a encaminhar à Seec o mapeamento da produção da agricultura familiar em todo o Estado (o objetivo é saber o que é produzido em cada localidade e quem produz para facilitar o contato com os diretores das escolas).

Nos dias 8 e 9 de junho, a Vigilância Sanitária Estadual, a Emater e outros órgãos devem fazer uma capacitação para merendeiras.

Também serão discutidas a possibilidade de um regime especial de isenção do ICMS (imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) para os produtos da agricultura familiar destinados à alimentação escolar e estratégias de monitoramento da qualidade desses produtos.

Prefeitura de Ingá é obrigada a fornecer merenda a estudantes

Alunos da pré-escola e do ensino fundamental de Ingá (a 96 quilômetros de João Pessoa) tiveram o direito à alimentação escolar garantido, graças à atuação do Ministério Público da Paraíba, que ingressou com uma ação civil pública na Justiça para obrigar a Prefeitura a regularizar o fornecimento da merenda.

A ação foi acatada pela juíza Gabriella Nóbrega. Se a Prefeitura não obedecer a decisão judicial, será multada em R\$ 5 mil por cada dia de descumprimento.

De acordo com a promotora de Justiça Gardênia Almeida, pais de estudantes procuraram o MPPB para reclamar da falta de merenda nas escolas municipais. “Isso estava

gerando uma grande evasão escolar”, disse.

Na época, foi proposto um ato extrajudicial à Prefeitura para que a situação fosse regularizada. “Entretanto, no decorrer deste ano, surgiram novas denúncias de que o fornecimento da merenda nas escolas municipais não estava sendo cumprido”, disse Gardênia.

Para comprovar a denúncia, foi realizada uma inspeção na Escola Municipal Major José Barbosa Monteiro. A promotora de Justiça constatou que havia uma descontinuidade no fornecimento de merenda escolar, o que motivou a ação civil pública deferida pela 2ª Vara da Comarca de Ingá no início de maio.

GIRO PELAS PROMOTORIAS

Energisa é obrigada a reabrir escritório, em Pombal

O MPPB requereu e o Tribunal de Justiça concedeu, no dia 20 de abril, liminar determinando a reabertura do posto de atendimento da Energisa na cidade de Pombal (a 370,7 quilômetros da Capital). Se a empresa não atender à determinação judicial no prazo de 90 dias, será penalizada com uma multa diária de R\$ 5 mil. Segundo o promotor Leonardo Furtado, a decisão beneficia 40 mil pessoas que vivem na região.

Operação Micaranhas

Quatro pessoas foram presas no início de maio, em São José de Piranhas (a 492 quilômetros da Capital) na Operação Micaranhas, deflagrada pelo Ministério Público, Polícia Civil e Militar. Armas e 50 pedras de crack também foram apreendidas. Segundo denúncias, várias residências do município estariam sendo usadas como “estoques” de drogas, que seriam vendidas no Micaranhas, o carnaval fora de época da cidade.

Crime Organizado

A Operação Quark prendeu 44 pessoas, no dia 13 de maio. A ação desencadeada pelo MPPB e Secretaria de Segurança desbaratou a quadrilha de traficantes que tinha atuação interestadual e que estava centralizada em Sapé e cidades vizinhas. O grupo também era formado por presos que negociavam drogas de dentro dos presídios da Paraíba, através de telefones celulares.

Segurança no “Maior São João do Mundo”

As regras para garantir a segurança no São João de Campina Grande foram definidas na audiência promovida no início de maio pela Promotoria de Justiça dos Direitos do Cidadão com a Procuradoria-Geral do município, o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Crea), Corpo de Bombeiros e Energisa Borborema. A festa acontecerá de quatro de junho a quatro de julho.

Foi decidido que a estrutura física do Parque do Povo e áreas adjacentes serão inspecionadas pelo



Foto: PMCG

Crea e Corpo de Bombeiros até o final do mês.

As barracas que serão instaladas no parque terão que se adequar às normas de prevenção e combate a incêndio e pânico até o dia 28 de maio. Quem não atender às regras terá o alvará cassado.

Prefeitura deve exonerar temporários e convocar concursados

A Prefeitura de Cajazeiras deve suspender os contratos temporários de servidores e convocar, imediatamente, os remanescentes do último concurso público realizado em 2008 no mesmo número de contratados que devem ser afastados. A ordem judicial atende à liminar requerida pelo MPPB na ação civil pública movida contra o Executivo Municipal.

Órgãos monitoram poluição na Bacia do Gramame

Manancial fornece água para o parque industrial do Litoral Sul, para estabelecimentos agropecuários e para o consumo humano de mais de 1 milhão de habitantes da Região Metropolitana de João Pessoa

Proteger a mata ciliar, combater o uso abusivo de agrotóxico e garantir a cobertura vegetal nativa em pelo menos 20% dos estabelecimentos agropecuários localizados no Litoral Sul da Paraíba. Esses são os principais objetivos da força-tarefa instalada em abril pelo Ministério Público da Paraíba e pelo Ministério Público Federal para dar continuidade ao monitoramento da Bacia Hidrográfica do Rio Gramame.

O monitoramento dos usos e da qualidade do manancial foi iniciado há dois anos com o apoio da Universidade Federal da Paraíba. "Foi constatado que, em determinados pontos, não há mata ciliar e a água recebe grande quantidade de metais pesados", disse o promotor de Justiça do Meio

Ambiente, José Farias.

Para resolver o problema, o MPPB passou a coordenar, desde 2009, uma força-tarefa para garantir o controle do sistema produtivo e o tratamento de efluentes industriais. No mês passado, representantes de 11 indústrias do Litoral Sul se comprometeram a colaborar com o trabalho. Segundo José Farias, duas das três maiores indústrias localizadas na região já adequaram seus processos produtivos e estão adequando os processos de tratamento de efluentes.

Outra força-tarefa será coordenada pelo MPF para conscientizar os donos de estabelecimentos agropecuários sobre a necessidade e as vantagens da adequação à lei ambiental. O



Pesquisas realizadas pela UFPB constataram que a bacia recebe grande quantidade de metais pesados e que, em alguns pontos, já não há mais mata ciliar

objetivo é buscar soluções negociadas para os problemas que afetam a Bacia do Gramame.

A cobertura vegetal é importante para conservar os corpos d'água. "A vegetação nativa de área de preservação

permanente e de reserva legal são instrumentos eficientes para a conservação de recursos naturais, para a preservação da diversidade biológica (flora e fauna) e para evitar a desertificação", argumentou o promotor de Justiça.

Equipamentos de som são proibidos em ruas de CG

Comerciantes do Centro de Campina Grande estão proibidos de utilizar equipamentos de som desde o dia 5 de maio, graças ao termo de ajustamento de conduta (TAC) celebrado pela Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, por órgãos públicos municipais, pela Associação Comercial, Câmara de Dirigentes Lojistas, Associação dos Propagandistas, Sindicato do Comércio Varejista e membros das Polícias Civil e Militar.

O TAC é baseado na Lei municipal 4.877, de 2010, que estabelece uma "zona de exclusão de sonoridade" na área central da cidade abrangida pelos pátios da Feirinha de Frutas e da Catedral de Nossa Senhora da Conceição, o entorno da Praça da Bandeira e oito ruas do Centro de Campina Grande (Marquês do

Herval, Cardoso Vieira, Maciel Pinheiro, Venâncio Neiva, Simeão Leal, Sete de Setembro e partes da Peregrino de Carvalho e Barão do Abiaí).

O descumprimento das cláusulas previstas no TAC resultará em multa diária no valor de R\$ 300,00 em favor do Fundo Especial de Proteção dos Bens, Valores e Interesses Difusos, que tem como objetivo financiar projetos sociais em benefício da população, em todo o Estado.



Aparelhos de som estão proibidos, em oito ruas de Campina

EM SÃO JOSÉ DE PIRANHAS

Donos de bares assinam TAC

Estabelecimentos se comprometem a combater a poluição sonora e a desocupar as calçadas públicas, que devem ser usadas por pedestres

Proprietários de 15 bares localizados em São José de Piranhas (no Alto Sertão da Paraíba, a 492 quilômetros de João Pessoa) assinaram, no dia 20 de abril, o termo de ajustamento de conduta (TAC) proposto pelo Ministério Público da Paraíba para garantir a acessibilidade das pessoas e coibir a emissão de poluição sonora.

De acordo com o TAC, os proprietários estão proibidos de colocarem mesas e cadeiras de seus estabelecimentos nas calçadas. A única exceção é a calçada do respectivo comércio, onde deverá ficar livre uma faixa com mais de dois metros para passagem de pedestres, além de uma distância mínima de um metro e meio entre as mesas.

Os donos dos bares não poderão utilizar instrumentos de som que venham a perturbar a tranquilidade da comunidade e

agredir a audição de quem se encontre próximo ao estabelecimento comercial. Os clientes também estão proibidos de utilizarem aparelhos de som em veículos automotivos nos bares.

As polícias civil e militar e o Setor Municipal de Tributação vão fiscalizar os estabelecimentos. O descumprimento de qualquer uma das cláusulas do TAC resultará em multa diária no valor de R\$ 510,00.

Recomendação

Segundo a recomendação do MPPB, o prefeito Domingos Lacerda Leite deve proibir os donos dos demais bares de colocarem mesas e cadeiras em calçadas, ruas, praças e avenidas. A Prefeitura também foi orientada a coibir a realização de festas, shows e eventos nas vias públicas da cidade por parte de particulares.



ATENDIMENTO AO CIDADÃO
Seu canal de diálogo com o Ministério Público Social
Acesse o site www.mp.pb.gov.br
ou envie o e-mail atendimento.cidadao@mp.pb.gov.br